

DESVELANDO O ENSINO EM SERGIPE: PROCESSOS FORMATIVOS DE OPELINA ROLLEMBERG (1919-1934)

Kelly Cristina Resende Rocha¹
Simone Silveira Amorim² (Orientadora)

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda aspectos da Educação em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, por meio dos processos educativos de uma normalista e primeira enfermeira sergipana, Opelina Rollemberg (1906-1966). Trata-se de uma pesquisa de natureza documental, em andamento³, sobre os processos de formação da personagem ocorridos entre os anos de 1919-1934, na Escola Normal em Sergipe e, posteriormente, na Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), no Rio de Janeiro. Tem-se como principais subsídios teóricos e metodológicos a História Cultural (CHARTIER, 2002), o conceito de *Habitus* (BOURDIEU, 2007) e História da Educação em Sergipe (NUNES, 2008).

Justifica-se a relevância desse estudo pela carência de pesquisas nesse campo do saber, em Sergipe, pela partilha de conhecimentos e necessidade de fomentar pesquisas sobre a história da enfermagem e das mulheres. Neste sentido, o objetivo desse trabalho é desvelar o ensino em Sergipe no início do século XX, por meio dos processos educativos de Opelina Rollemberg. Assim, faz necessário discorrer sobre alguns aspectos da educação e da Saúde Pública no Estado.

Segundo Nunes (2008), no início do século XX, a instrução pública em Sergipe, entrava novamente em um processo de organização, com a ampliação das escolas primárias e a reabertura da Escola Normal em 1901, onde as mulheres já foram inseridas, diferente de outras épocas aos quais somente os meninos da classe elitista tinham acesso. Além disso, existiam as escolas particulares, ou as chamadas aulas avulsas, que funcionavam nas casas das próprias professoras, tanto da capital como no interior, que lecionavam o ensino primário para o público misto (meninos e meninas).

Para compreender o contexto e os processos educativos das mulheres, sobretudo da personagem e que tem relação com a sociedade, utiliza-se das contribuições da História Cultural, pois, “A História Cultural dedica atenção às estratégias simbólicas que determinam posições e relações e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um “ser-percebido” constitutivo de sua identidade” (CHARTIER, 2002, p.73).

Nessa perspectiva, com o passar dos anos, as mulheres sergipanas, principalmente as de classe média, foram ganhando espaços e oportunidades para estudar e trabalhar fora do ambiente doméstico; no caso, como professora e, pouco tempo depois, como enfermeira, as únicas profissões socialmente permitidas às mulheres. Assim sendo, na década de 20, a educação feminina na capital se concentravam nos colégios particulares (ensino primário),

¹ Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes, PPED/ UNIT- SE, Bolsista pela FAPITEC-SE/CAPES, kellyrocha05@gmail.com;

² Pós Doutora, Doutora, e Mestre em Educação. Professora PPG I da Universidade Tiradentes no Programa de Pós-Graduação em Educação, pesquisadora do ITP/Unit e do Tiradentes Institute/Boston. Líder o Grupo de Pesquisa Educação e Sociedade: sujeitos e práticas educativas (GPES/Unit/CNPq).PPED/ UNIT – SE, amorim_simone@hotmail.com;

³ Este resumo é parte da dissertação em andamento, sobre a trajetória profissional da referida personagem.

Escola Normal voltada para a formação docente (magistério), a escola de comércio conselheiro Orlando Dantas, que ofertava cursos profissionalizantes, e o Colégio Atheneu, que preparava para os cursos superiores.

Dessa forma, a instrução pública desde o período Imperial, não muito diferente no início do século XX, atendia aos interesses da classe média, que era garantir o acesso dos filhos nos colégios de nível superior para, posteriormente, serem alocados nas repartições públicas administrativas das províncias, em cadeiras do legislativo ou no poder judiciário. Predominavam assim, a falta de interesse e estímulo que frustrava as tentativas de implantação da instrução para todos, por parte de alguns gestores e intelectuais (NUNES, 2008). Mesmo diante desse contexto, algumas moças de famílias abastadas recebiam o incentivo da família para estudar, ter uma profissão e independência financeira, com isso, com o passar do tempo, tornou-se um *habitus* transmitido às gerações. Sobre *habitus*, Bourdieu (2007) afirma:

O *habitus* seria um conjunto de esquemas implantados desde a primeira educação familiar, e constantemente repostos e reatualizados ao longo da trajetória social restante, que demarcam os limites á consciência possível de ser mobilizada pelos grupos e/ou classes, sendo assim responsáveis, em última instancia, pelo campo de sentido em que operam as relações de força (BOURDIEU, 2007, p. XL).

No que se refere à Saúde Pública em Sergipe no início do século XX, foi atingido pelas epidemias de cólera e varíola que assolava a capital do país e disseminavam pelos Estados. Contudo, o Estado, que no momento passava por um crescimento econômico, oriundo sobretudo da produção agrícola, contribuiu para a implantação das ideias higienistas. Neste sentido, a capital Aracaju entrou na era da modernização com o sistema de abastecimento de água canalizada em 1909, sistema de esgoto sanitário em 1914, além dos serviços de drenagem e eletricidade. Entretanto, as melhorias para a saúde ocorreram a passos lentos, pois somente em 1922 surgiu a proposta de reforma sanitária no Estado, no ano seguinte, nasceu a ideia de construir do Hospital Cirurgia que foi inaugurado três anos depois (SANTANA, 2001).

Neste contexto, faz-se necessário abordar como se deram os processos formativos da professora e enfermeira, personagem dessa pesquisa. Opelina Rollemberg, uma sergipana, nascida em 14 de agosto de 1906, na cidade de Capela em Sergipe, filha de Juvenal Rollemberg e Maria Almeida Rollemberg (SERGIPE, 1906).

Assim, à luz de Bourdieu (2007), conjecturamos o ambiente familiar como o *locus* onde se inicia o processo educacional no sentido de que é onde os primeiros passos para a constituição de um *habitus* profissional são dados, por meio do incentivo a buscar uma determinada profissão, sendo, posteriormente, moldado pela escola. É neste sentido que se insere a importância de compreender o desenvolvimento do indivíduo nas suas relações em sociedade e que, no âmbito desta pesquisa, poderá ser evidenciado o papel do *habitus*, à medida que se vai conhecendo a vida de alguém e o contexto em que viveu.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

Para a construção desse resumo, foi realizada, inicialmente, uma releitura da dissertação em andamento e das informações coletadas no Diário Oficial do Estado de Sergipe disponíveis no Arquivo Público Municipal de Aracaju e no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Foram transcritas as informações referentes aos processos formativos de Opelina Rollemberg e, posteriormente, realizou-se a seleção do assunto a ser abordado.

Trata-se de um estudo de natureza histórica documental, seguindo as orientações da matriz historiográfica da História Cultural. Metodologicamente elegeu-se a abordagem qualitativa de cunho exploratório, pelo fato deste estudo lidar com interpretações das realidades

sociais, como a educação feminina. Como subsídios para compreender esses processos, serão tomados por referenciais teóricos: Nunes (2008) para História da Educação em Sergipe, Nóvoa (1992), para História da Educação e formação docente, além de História Cultural por Chartier (2002) e o conceito de *habitus* de Bourdieu (2007).

Destaca-se que não foi necessária à aprovação de um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por se tratar de uma pesquisa documental, cujas fontes estão disponíveis em acervos públicos para consultas. Contudo, foram observadas as normativas dos arquivos, no que diz respeito à coleta, ao armazenamento e a divulgação dos dados.

O CONTEXTO ESCOLAR COMO VESTÍGIO PARA A HISTÓRIA DAS MULHERES

Percebe-se que, para realizar uma pesquisa sobre mulheres, existem grandes dificuldades para encontrar as fontes e registros. Segundo Perrot (2016), devido ao apagamento das mulheres, “As mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. [...] Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2016, p. 16). Assim sendo, acredita-se ser possível reconstituir a história das mulheres através da análise criteriosa das fontes encontradas pelo pesquisador que trará a sua interpretação dentro contexto em que viveu a personagem. Pois, segundo Le Goff, “O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história” (LE GOFF, 2013, p. 19).

Compreende-se aqui, a existência de um sistema de trocas entre os gestores e a sociedade ao implantar um sistema de ensino institucionalizado, como o da Escola Normal, para ter o controle sobre os indivíduos. Sobre isso, Bourdieu afirma que:

[...] uma das características próprias da ação pedagógica institucionalizada (enquanto inculcação explícita de modelos explícitos) reside no poder de comandar a prática tanto ao nível inconsciente – através dos esquemas constitutivos do *habitus* cultivado – como ao nível consciente, através da obediência a modelos explícitos. (BOURDIEU, 2007, p. 125).

Dessa forma, acredita-se que no início do século XX, em Sergipe, o ambiente escolar foi um dos locais mais frequentado pelas mulheres, sobretudo aquelas que desejavam a independência financeira. Logo, considera-se a escola como um vestígio sobre a história das mulheres. Para Nóvoa (1992), “As escolas normais são instituições criadas pelo Estado para controlar um corpo profissional, que conquista uma importância acrescida no quadro dos projectos de escolarização de massas; mas são também um espaço de afirmação profissional, onde emerge um espírito de corpo solidário” (NÓVOA, 1992, p. 3). Neste sentido, a criação da Escola Normal feminina era de fundamental importância para o acesso das moças à educação e formação profissional, além de contribuir para a organização da Instrução Pública, essencial para o desenvolvimento do Estado como um todo (NUNES, 2008).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A referida personagem ingressou na Escola Complementar em 1920, logo após matriculou-se na Escola Normal (BRASIL, 1934). Segundo Freitas (2003), a Escola Complementar, instalada anexo a Escola Normal entrou em funcionamento em 1916, no começo o curso durava um ano letivo e o certificado emitido pela mesma dava aos alunos, o acesso direto ao Curso Normal (FREITAS, 2003).

Percebe-se o rigor do ensino na época, conforme consta no edital para matrícula na Escola Normal publicado no Diário Oficial do Estado que descrevia as seguintes condições para o acesso: idade entre 14 e 30 anos, apresentar comprovante de vacinação e atestado negativo para doença contagiosa, além disso não era permitido alunos com deficiências, que comprometessem o exercício do magistério, ou seja, não eram valorizados no mercado escolar os alunos que não estivessem dentro desses requisitos (SERGIPE, 1920). Assim sendo, na visão de Bourdieu (2007):

Os produtos simbólicos do trabalho pedagógico das diferentes classes sociais – isto é, além de saber e do saber fazer, as maneiras de ser, dizer e fazer -, possuem tanto menos valor no mercado escolar e, em geral no mercado simbólico. [...] as normas educativas das classes sociais em condições de impor a dominação dos critérios de avaliação mais favoráveis a seus produtos (BOURDIEU, 2007, p. 308).

A formação de Opelina Rollemberg como normalista ocorreu em 1925, possibilitando tanto a inserção no magistério, o que ocorreu no ano seguinte, com a convocação pelo governador Maurício Graccho Cardoso (1874-1950), em 19 de fevereiro de 1926, para ocupar o cargo de professora adjunta no Grupo Escolar Barão de Maruim (SERGIPE, 1926). Nessa fonte, encontram-se os resultados das provas de algumas disciplinas cursadas, entre elas Psicologia e História Natural, que certamente subsidiaram o conhecimento para a sua segunda formação, a Enfermagem, que discorreremos a seguir.

A história da enfermagem brasileira está intrinsecamente ligada a história da saúde pública nacional que se resume, de maneira geral, a uma história de ações pontuais de emergência contra os grandes surtos epidêmicos. Pois, antes dessas epidemias, o Brasil era referenciado como um país saudável, devido aos sistemas naturais, a biodiversidade, etc.: (FINKELMAN, 2002). Assim sendo, nas primeiras décadas do século XX, o médico sanitário Osvaldo Cruz e então Diretor Geral de Saúde Pública Nacional, foi o responsável pela criação e organização de medidas sanitárias para a promoção de saúde e combate as epidemias no país (GONDRA, 2000).

No entanto, após o falecimento de Osvaldo Cruz, as ações ficaram a cargo de um outro médico sanitário, Carlos Chagas, em 1921, este criou o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) (HOCHMAN, 2012). Diante da necessidade de formar profissionais para auxiliar e ampliar as medidas higiênicas, aceitou o convite e com o apoio da Fundação Rockefeller, uma organização de saúde americana que enviou ao Brasil uma enfermeira, a Ethel Parsons. A referida enfermeira analisou as prioridades de atenção à saúde e organizou o primeiro serviço de formação de enfermeiras para a saúde pública no Rio de Janeiro em 1922, a atual Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) (OGUISSO et. al., 2005).

A Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN), possuía um currículo baseado nos moldes anglo-americanos, especialmente o *nightingaleano*, com aulas teóricas e práticas dentro de um processo acadêmico rigoroso. Assim o curso de enfermagem tornava-se mais uma opção de trabalho promissor para as mulheres, além do magistério (BARREIRA, 1999).

Neste sentido, em Sergipe, diante da necessidade de saúde da população, foi criado o Departamento de Saúde Pública de Sergipe (DSPS), através do Decreto Nº 48 de 16 de maio de 1931. Assim, entende-se que se inicia a configuração da enfermagem sergipana quando, em 3 de julho do mesmo ano, foi enviada a primeira turma de moças sergipanas, num total de 8 (oito), entre elas Opelina Rollemberg, para cursar enfermagem na Escola de Enfermagem Anna Nery no Rio de Janeiro, com o apoio do governo de Sergipe, por intermédio do Interventor Federal e médico sergipano Dr. José Rodrigues Bastos Coelho (SERGIPE, 1931). Em relação à formação das enfermeiras ocorreram gradativamente a partir de 1934, no qual a referida personagem foi a primeira que concluiu o curso em 1934 (BRASIL, 1934).

A partir da análise dos processos formativos de Opelina Rollemberg, percebemos a importância da educação familiar e da escola que teve e tem um papel fundamental na vida das pessoas. Apesar das amarras, desafios para a implantação e manutenção do sistema de ensino no país, fica evidente o papel transformador do mesmo na vida dessa personagem e de todos os indivíduos que tiveram acesso à educação escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do conhecimento histórico sobre a educação e enfermagem sergipana em meados do século XX, foi possível através do reconhecimento das bases fundamentais como a educação familiar e a escola, essencial para a produção de saberes, principalmente relacionados à história dos protagonistas do desenvolvimento das profissões femininas da época.

Portanto, a pesquisa em História da Educação engloba vários aspectos como instituições, a enfermagem, as mulheres etc.: promove uma dimensão de ideias e contribuições para a sociedade na perspectiva política e cidadã pelo conhecimento que transfere para a comunidade. Espera-se que este trabalho, sirva de estímulo para o aprimoramento do olhar dos pesquisadores como historiadores, para a valorização e ampliação de objetos de pesquisa tão ricos, mas que foram apagados e esquecidos.

Palavras-chave: Opelina Rollemberg; Educação feminina, Mulheres, Enfermagem, História da Educação.

REFERÊNCIAS

- BARREIRA, I.A. Memória e História para uma nova visão da enfermagem no Brasil. **Rev. latino-am. enfermagem** - v. 7 - n. 3 - p. 87-93 - julho 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v7n3/13480>> - Acesso em: 22/09/2018.
- BRASIL. Arquivo do CEDOC/EEAN (Centro de Documentação da Escola de Enfermagem Anna Nery) UFRJ –Rio de Janeiro. (Dossiê)- **Coleção de Informações Técnico Profissionais -SERVIR**. Vol. 1; Módulo GR, Caixa 11, 1934.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção: Sergio Miceli. – São Paulo: Perspectiva, 2007. –Coleção estudos; 20/dirigida por J. Guinsburg).
- CHARTIER, Roger. **Á beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Tradução: Patrícia Chittoni Ramos. - Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS,2002.
- FINKELMAN, J., org.; **Caminhos da saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 328 p. ISBN 85-7541-017-2. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sd/pdf/finkelman-9788575412848.pdf>> - Acesso: 30/09/2017.
- FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco” um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. – São Cristovão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.
- GONDRA, J.G.; **A Sementeira do Provir: higiene e infância no século XIX**; Universidade Estado do Rio de Janeiro; São Paulo, v, 26, n.1, p. 99-117, jan/jun.2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/27835/29607>> - Acesso em: 27/09/2017.

HOCHMAN, G. **A era do saneamento**: as bases da política de saúde pública no Brasil. 3.ed.- São Paulo: Hucitec, 2012.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. Repositório da Universidade de Lisboa, 1992. Disponível em: ><http://hdl.handle.net/10451/4758>> Acesso em: 13/06/2019.

NUNES, M. T. **História da Educação em Sergipe**. – São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

OGUISSO, T. (Org.). **Trajetória histórica e legal da Enfermagem**. 2. ed. Barueri: Manole, 2005.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. [tradução Angela M.S. Côrrea], - 2. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2016.

SANTANA, A. S. de. **As febres do Aracaju**: dos miasmas aos micróbios. Aracaju, SE: O Autor, 2001.

SERGIPE. **Livro de Batismo**. Paróquia Nossa Senhora da Purificação – Capela-SE, n. 11. p. 293,1903-1908.

SERGIPE. **Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano I - N. 32 da República – 10 de Janeiro de 1920, p.748-49, Pacotilha JDE-05 – Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE **.Diário Oficial do Estado de Sergipe** – Aracaju. Ano VII - 38 da República -N. 1762 – 03 de Janeiro de 1926; p. 7029; Pacotilha JDE- 23– Disponível em: Arquivo Público Municipal de Aracaju.

SERGIPE. **Decreto Nº 48 de 16 de Maio de 1931**, Cria o Departamento de Saúde Pública de Sergipe e baixa o respectivo regulamento. Disponível em: Arquivo Público do Estado de Sergipe, Pacotilha BR SEAPES LDS V17 D09 (APES).